



# CONCURSO PÚBLICO PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

## ANALISTA MINISTERIAL – ÁREA: PROCESSUAL

### PROVA ESCRITA DISSERTATIVA

APLICAÇÃO: 15/02/2009

ETIQUETA

Nº DE INSCRIÇÃO						1ª VEZ	2ª VEZ
Assinatura							
Nome do Candidato (letra de forma)						POLEGAR DIREITO	POLEGAR DIREITO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ  
NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS – NUCEPE

**CONCURSO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**

**Cargo: ANALISTA MINISTERIAL – Área: PROCESSUAL**

**ETIQUETA**

**INSTRUÇÕES**

1. Este caderno contém 04 questões, que valem um total de 100 (cem) pontos, 08 (oito) folhas para rascunho e 10 (dez) folhas para o texto definitivo. O valor de pontos referente a cada questão está demonstrado à direita da questão, entre parênteses.
2. As páginas de rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
3. Caso este caderno esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis.
4. Para a realização da prova, será permitida a consulta exclusivamente de textos de legislação, não comentada, em código ou em separata, desacompanhada de súmulas e de Exposição de Motivos de Lei, que serão objeto de inspeção antes do início de sua realização quanto à existência de anotações não permitidas, sendo vedada a utilização de publicação que contenha anotações e(ou) comentários e o uso de dispositivo de armazenamento de dados (laptops, palmtops e outros), bem como o empréstimo de material entre os candidatos.
5. Não serão distribuídas, em hipótese alguma, folhas suplementares para rascunho ou para texto definitivo.
6. Será anulado o texto definitivo que for escrito a lápis ou que contenha identificação fora do local apropriado.
7. Esta prova deverá ser feita pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica com tinta de cor preta ou azul, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para a realização das provas, caso em que o candidato será acompanhado por um fiscal do NUCEPE, devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
8. O tempo de realização desta prova é de 4 (quatro) horas, com início às 8h30min e término às 12h30min. O candidato somente poderá entregar sua prova depois de transcorridas (02) duas horas de seu início.
9. As folhas de texto definitivo desta prova serão o único documento válido para avaliação da Prova Escrita Dissertativa.

**CONCURSO PÚBLICO  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**

**Cargo: ANALISTA MINISTERIAL – Área: PROCESSUAL**

**PROVA ESCRITA DISSERTATIVA**

**PROVA CIVIL - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL (50 pontos)**

**QUESTÃO 01 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL (25 pontos)**

LUCIANO, servidor público estadual, impetrou mandado de segurança em 02.02.2008, contra ato praticado pelo Secretário Estadual de Educação, alegando que desde a edição da Portaria 026/2007, publicada no Diário Oficial do Estado em 10.08.2007, teria deixado de receber uma condição especial de trabalho que havia sido implantada em sua remuneração antes da vigência do citado ato. Inconformado com a redução de seus rendimentos, impetrou o dito remédio perante o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, requerendo a concessão de medida liminar no sentido de que fosse determinado imediatamente o pagamento dos valores não pagos durante os meses que se seguiram à publicação da Portaria e pugnando pela reimplantação imediata da condição especial de trabalho retirada indevidamente. No pedido final, requer a confirmação da liminar pleiteada, para que a segurança almejada seja totalmente concedida. Sorteado o Desembargador Relator, este deliberou por não conceder a medida de urgência pleiteada e impulsionou o feito. Tomando conhecimento da lide, o Estado do Piauí apresentou exceção de incompetência alegando não competir à Corte a apreciação do *mandamus*, sustentando que competiria ao Juízo da Fazenda Pública o processamento e julgamento da causa. Ressalte-se que a autoridade coatora, regularmente notificada, não apresentou informações. Dessa forma, seguiram os autos com vista à Procuradoria Geral de Justiça, aonde o Exmo. Procurador de Justiça requer auxílio de seu Analista Ministerial – Área Processual. Recebendo os autos, redija a peça processual cabível à espécie, levando-se em conta todos os aspectos abordados na questão.

**QUESTÃO 02 – DIREITO CIVIL (25 pontos)**

ASTROLÁBIO, sem nenhum motivo aparente, após completar dezoito anos, passou a revelar comportamento pródigo. Um dos últimos negócios que realizou a venda de seus dois veículos a GERÔNIO, teve como preço o equivalente a 1/8 (um oitavo) do valor praticado no mercado. Seus pais, incomodados com a situação do filho, cujo patrimônio definhava a olhos vistos, tencionavam adotar alguma providência. Depois de muito pensar, decidiram por pleitear a sua interdição com o objetivo de submetê-lo a curatela. Posta assim a situação, com fundamento no ordenamento jurídico brasileiro, esclareça, sobre a necessidade da existência de um dependente vinculado a ASTROLÁBIO como requisito para submetê-lo a curatela, bem como sobre os limites incidentes a atuação do pródigo diante de eventual interdição.

**PROVA PENAL - DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO PENAL (50 pontos)**

**QUESTÃO 03 – DIREITO PROCESSUAL PENAL (25 pontos)**

JOSÉ ARCANJO, Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, deixa de praticar ato de ofício. Requisitada a instauração de inquérito, fica constatado que houve esquecimento por parte do Promotor, constando tal fato no relatório da autoridade que presidiu o inquérito. Como Analista Ministerial, recebendo a dita narração em um relatório de inquérito investigativo, redija a peça cabível a ser dirigida ao Juízo competente.

**QUESTÃO 04 – DIREITO PENAL (25 pontos)**

PEDRO MALAQUIAS, Prefeito do município de Angico Branco, recebeu do proprietário da Construtora Construbem um trator para trabalhos de terraplanagem no sítio “Jardim dos Pássaros”, de propriedade do seu irmão. Como forma de gratidão, o Prefeito dispensou o processo licitatório para a construção de uma escola municipal, beneficiando a Construbem. Em relação ao caso proposto, tipifique as condutas do Prefeito e do proprietário da Construtora. Fundamente e justifique sua resposta com base na legislação penal pátria.